


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: 0012436-50.2018.8.26.0037

Autor: Camila Bruna Monteiro

Réu: Solário Piscinas Araraquara

Juiz de Direito, Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de pretensão em obter condenação ao pagamento do valor declinado. Afirma que contratou a ré para instalação de novos equipamentos ligados à sua piscina, mas vários problemas surgiram, com necessidade da contratação de terceiros e substituição de materiais para o devido conserto, pleiteando a correspondente indenização.

A revelia acarreta a presunção de veracidade dos fatos articulados pela parte requerente, consoante dispõe o art. 20 da Lei nº 9.099/95, sendo o caso de procedência. Ademais, há documentos comprovando tanto a contratação da ré, como de outrem, para os reparos relacionados no pedido.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido para condenar a ré ao pagamento de **R\$2.380,25**, com correção monetária pela tabela prática do TJSP desde a apuração (setembro/2018) e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

Na forma do art. 52, III, da Lei nº 9.099/95, considera-se a parte vencida ciente: 1) incidirá multa de 10% sobre a condenação se não for paga em 15 dias após o trânsito em julgado; 2) se o débito não for pago, o nome do devedor poderá ser anotado no SPC, e poderá ser expedida certidão para protesto da sentença condenatória (art. 517 do Código de Processo Civil).

Publique-se. Int.

Araraquara, 13 de novembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006